

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

ANNELISE POLICARPO DE MOURA

ONU, PEACEBUILDING E A RECONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA
DO CONGO

BAURU

2023

ANNELISE POLICARPO DE MOURA

ONU, PEACEBUILDING E A RECONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA
DO CONGO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos requisitos
para obtenção do título de bacharel em
Relações Internacionais - Centro
Universitário Sagrado Coração.

Orientadora: Prof.^a Me Leticia Rizzotti

BAURU

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD

M929o

Moura, Annelise Policarpo de

ONU, Peacebuilding e a Reconstrução da República Democrática do Congo / Annelise Policarpo de Moura. -- 2023.
42f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Letícia Rizzotti Lima

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP

1. ONU. 2. Peacebuilding. 3. República Democrática do Congo.
4. Reconstrução. 5. Conflito. I. Lima, Letícia Rizzotti. II. Título.

ANNELISE POLICARPO DE MOURA

ONU, PEACEBUILDING E A RECONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA
DO CONGO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos requisitos
para obtenção do título de bacharel em
Relações Internacionais - Centro
Universitário Sagrado Coração.

Aprovado em: ___/___/___.

Banca examinadora:

Prof.^a Me. Letícia Rizzotti Lima (Orientadora)
Centro Universitário Sagrado Coração

Prof.^o Me, Fred Aparecido Matano
UNISAGRADO

Prof.^o Me, Pedro Henrique Mota de Carvalho
UNISAGRADO

Dedico este trabalho aos meus pais, minha irmã, ao amor da minha vida e a todos que apoiaram a minha trajetória universitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me permitir me apegar a fé em diversos momentos durante a minha graduação, onde tive muitos momentos de reflexão que me permitiram chegar onde estou hoje.

Agradeço aos meus Pais, Antônio e Josinete, e a minha irmã Aniele por me guiarem e me permitirem uma vida linda, repleta de ensinamentos e momentos felizes e gratificantes, por dar apoio desde antes mesmo de iniciar a graduação em Relações Internacionais e por estarem presentes e me guiarem durante fases difíceis e me ensinado a tirar o melhor proveito de cada momento e experiência.

Agradeço ao amor da minha vida, Bruno, por ter feito a diferença ao me dar apoio e incentivo e ter segurando minha mão quando desafios apareceram me mostrando toda a minha capacidade.

Aos amigos e colegas de vida e trabalho, vocês me ensinaram muito, pessoal e profissionalmente, a minha trajetória tem também mérito de vocês.

E principalmente a minha orientadora, Letícia, que desde o primeiro dia de aula com ela já sabia que queria sua orientação. Obrigada pelo imenso apoio que me forneceu. A área humanitária é desafiadora, seu apoio foi essencial para que a minha paixão pela área aflorasse.

Agradeço a todos que de alguma forma acabaram por me ajudar com este trabalho incrível. Aos professores, que durante todo o curso foram extremamente solícitos e presentes, tenho muito carinho por todos. Aos colegas de faculdade, pelas experiências únicas que podemos viver na graduação com aqueles que estão vivenciando emoções semelhantes. A banca, por estar presente neste momento tão importante, em que permitimos de uma forma mais técnica, a celebração final de uma fase tão importante.

Por fim agradeço pela existência de programas que permitem a inserção de jovens e adultos na faculdade, como o PROUNI, que me ajudou a ingressar na graduação durante uma fase difícil.

“Não se pode manter a paz pela força, mas sim pela concórdia.” Albert Einstein.

RESUMO

O desenvolvimento da República democrática do Congo tem sido lento e desafiador por uma série de conflitos de fins étnicos, políticos e sociais que prejudicam a estrutura estatal e o desenvolvimento saudável da vida humana que permanece em conflito desde sua independência em 1960. A presença da Organização das Nações Unidas para intervenções militares e inserção de projetos de paz tem gerado impacto e atraído atenção para o conflito. O presente trabalho buscou analisar, através de análise bibliográfica, a raiz dos conflitos e qual o impacto gerado pela Organização das Nações Unidas no território congolês, bem como a eficácia de suas ações. Das missões de paz da ONU, principalmente ao que se refere à *Peacebuilding*, direciona o caminho deste trabalho para a análise sobre a reconstrução estatal congoleza e como uma reconstrução democrática da paz pode gerar impacto.

Palavras-chave: Conflito. ONU. Peacebuilding. Reconstrução. República Democrática do Congo.

ABSTRACT

The development of the Democratic Republic of Congo has been slow and challenging due to a series of ethnic, political, and social conflicts that have hampered the state structure and the healthy development of human life, which has remained in conflict since its independence in 1960. The presence of the United Nations for military interventions and the implementation of peace projects has generated impact and attracted attention to the conflict. This study sought to analyze, through bibliographic analysis, the root causes of the conflicts and the impact generated by the United Nations in the Congolese territory, as well as the effectiveness of its actions. From the UN peacekeeping missions, particularly regarding Peacebuilding, this work directs its focus towards the analysis of the reconstruction of the Congolese state and how a democratic reconstruction of peace can have an impact.

Keywords: Conflict. Democratic Republic of Congo. Peacebuilding. Reconstruction. UN.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01 – Estrutura das atividades de manutenção de paz e segurança..... 22
- Figura 02 – Mapa da África Identificando a República Democrática do Congo24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
MONUC	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUC	Operação das Nações Unidas no Congo
RDC	República Democrática do Congo
UNDP	United Nations Development Programme
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União Russa Socialista Soviética

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ESTRUTURA DA ONU E SUA PRESENÇA COMO PEACEBUILDING	17
2.1	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE <i>PEACEBUILDING</i>	20
3	REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	23
4	A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO COM A PRESENÇA DA ONU E O PEACEBUILDING	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

Após o processo de independência dos colonizados europeus, o mundo passou por uma reorganização significativa. Muitos Estados, cujas economias eram anteriormente exploradas por países europeus, ganharam uma nova dinâmica no desenvolvimento econômico, social e político, tanto em nível nacional quanto internacional (Fanon, 1968; Cabral, 1978). Essa transformação foi impulsionada pela oportunidade de estabelecer novas alianças e redesenhar as características socioeconômicas, criando um novo cenário global no fortalecimento do Terceiro Mundo/Sul Global (Rodney, 2010).

As independências territoriais abriram caminho para uma maior autonomia e soberania dos países recém-independentes, permitindo-lhes estabelecer suas próprias políticas internas e externas (Fanon, 1961; Cabral, 1973). Essas nações depararam-se com a possibilidade de explorar seus recursos naturais, desenvolver suas próprias indústrias e estabelecer acordos comerciais e diplomáticos com outras nações (Rodney, 1972). Além disso, a emergência de novos Estados independentes criou um contexto propício para a formação de blocos regionais e organizações internacionais que buscavam promover a cooperação, a paz e o desenvolvimento entre os países (Nkrumah, 1965; Nyerere, 1968). Essas alianças proporcionaram um ambiente de intercâmbio e colaboração, impulsionando o crescimento econômico e a estabilidade política em diversas regiões do mundo (Amin, 1976; Prebisch, 1970).

No entanto, é importante destacar que o processo de transição para a independência não foi isento de desafios e conflitos (Nkrumah, 1965; Fanon, 1961). Muitos Estados enfrentaram dificuldades na construção de instituições estáveis, na promoção do bem-estar social e na superação de desigualdades históricas (Mamdani, 1996; Mbembe, 2001). Além disso, a continuidade de antigas relações de dependência e exploração econômica por parte de algumas potências internacionais também representou um obstáculo para o pleno desenvolvimento de alguns Estados africanos, alguns exemplos são República Democrática do Congo (RDC), Somália, Sudão do Sul e Zimbábue (Rodney, 1972; Amin, 1976). Nesse contexto, é fundamental buscar uma cooperação global mais justa e equitativa, visando promover o desenvolvimento sustentável e a igualdade entre as nações (Escobar, 2012; Santos, 2002), para que todos possam desfrutar dos benefícios da independência e alcançar um futuro próspero e pacífico. Essas independências trouxeram a possibilidade de criar novas relações e de gerar desenvolvimento e modernização a estes Estados.

Said (1978), analisa através da perspectiva pós-colonial essas relações, sendo possível associar que o padrão do que é o desenvolvimento do Estado está fortemente relacionada a um padrão ocidental, em que o modelo de sociedade plenamente desenvolvida pode ser associado justamente a aqueles que anteriormente foram os colonizadores. Essas relações permitiram ainda no futuro o crescimento de alianças que levariam ao estímulo para industrialização e crescimento, principalmente por alguns desses países serem ricos em matérias primas essenciais para as indústrias desenvolvidas do primeiro mundo.

A Organização das Nações Unidas (ONU) desempenha um papel fundamental na reorganização do sistema internacional e no apoio às independências, bem como no fortalecimento da paz. Desde sua fundação em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, a ONU tem sido bem-sucedida em acolher novos Estados e manter sua centralidade no multilateralismo da ordem pós-1945 (Weiss & Daws, 2018).

A ONU tem se desenvolvido de forma significativa no enfrentamento de questões globais, como a manutenção da paz, o desenvolvimento sustentável e a reconstrução de Estados afetados por forças da natureza ou conflitos armados. Essas iniciativas têm ganhado cada vez mais reconhecimento internacional, atraindo apoio de outros Estados para investimentos e apoio militar e humano (ONU, 2015).

A busca por uma ordem internacional mais estável levou os Estados a se unirem e cooperarem para o desenvolvimento global, especialmente por meio da criação de alianças que proporcionassem benefícios mútuos. Para atender a essa necessidade, foi estabelecida uma organização geral e universalista que visava controlar o surgimento de conflitos de acordo com os termos acordados pela comunidade internacional. Essa organização foi fundada pela assinatura da Carta de São Francisco, na presença e com a influência de líderes dos Estados. A Carta estabelece 19 capítulos e 111 artigos, que abrangem diversos aspectos, incluindo a manutenção da paz por meios pacíficos, o desenvolvimento de relações amistosas baseadas no respeito e nos princípios de igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, a cooperação internacional, a admissão de novos membros na Organização, a determinação de órgãos responsáveis por missões humanitárias para solução de conflitos, desastres naturais, o acompanhamento de missões de paz, entre outros aspectos relevantes (Carta das Nações Unidas, 1945).

Essa estrutura foi robustecida na década de 1990, com as crescentes missões de paz, que se intensificaram ao intervir em conflitos que cresceram rapidamente em

regiões da África, Ásia e Europa, onde eclodiram conflitos com grande mortalidade civil, como ocorreu no genocídio de Ruanda (1994). As crescentes intervenções permitiram a ONU, junto aos países que apoiavam e integravam as intervenções, remodelar o plano de ações de apoio para o fim dos conflitos e a reconstrução dos Estados (Boutros-Ghali, 1992).

A atuação da Organização, além de fornecer o apoio mínimo para gerar uma reestruturação, atraiu a atenção de Estados mais desenvolvidos para prestar algum tipo de suporte e investir no desenvolvimento de Estados fragilizados, incluindo alguns Estados africanos e, levando a um crescimento que beneficie as nações que receberam algum tipo de suporte no Sistema Internacional de uma forma saudável e humanitária, onde exista menor corrupção e maior apoio ao suprimento das necessidades básicas da população para gerar um fortalecimento do Estado, considerando as mais diversas classes sociais e diferenças culturais. É importante compreender a necessidade de apoio de uma organização com influência global, a participar ativamente de um processo de reparação de uma nação, principalmente aquelas cujo desenvolvimento econômico seja lento pela falta de recursos e são mais explorados por possuírem matérias primas de interesse (minerais, por exemplo), o que pode acarretar maiores índices de pobreza e conseqüentemente maior dificuldade de desenvolvimento da economia estatal. Surge então a necessidade de se envolver em alguns países africanos, de forma a atuar com o desenvolvimento estatal e na resolução de conflitos, fatores que podem influenciar e alavancar sua presença no cenário internacional.

Em contraponto, observamos em muitos Estados o fortalecimento do liberalismo, que se caracteriza pela ênfase no Estado mínimo. Nesse contexto, o Estado desempenha um papel limitado, fornecendo apenas as condições básicas para o desenvolvimento individual na sociedade, sem adotar medidas protecionistas que visem ao estímulo e ao apoio contínuo ao indivíduo. A paz liberal é um conceito que se baseia na ideia de que as democracias liberais têm maior probabilidade de alcançar a paz duradoura tanto internamente quanto nas relações internacionais. Esse conceito está associado à teoria das relações internacionais conhecida como "paz democrática". De acordo com essa teoria, os regimes democráticos tendem a ser mais pacíficos entre si, pois os governos eleitos são responsáveis perante seus cidadãos e há um maior respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de Direito. Além disso, a existência de instituições democráticas e processos de tomada de decisão

transparentes oferecem mecanismos pacíficos para resolver disputas e evitar conflitos armados.

Uma das principais referências no estudo da paz liberal é o livro "A Paz Democrática" (*The Democratic Peace*, 1983) de Michael Doyle, publicado em 1983. Doyle apresenta evidências empíricas que sugerem que democracias liberais raramente entram em guerra umas com as outras, embora possam ter conflitos com Estados não democráticos. Ele argumenta que isso se deve a características específicas das democracias liberais, como a responsabilidade política e a mediação de interesses através de instituições democráticas.

O caso da República Democrática do Congo é notável pela duradoura presença da Organização das Nações Unidas (ONU) no país desde 1960, tornando-se um exemplo emblemático. A ONU estabeleceu uma série de mandatos com o objetivo de orientar efetivamente o caminho do Congo em busca da paz. Após obter a independência, os líderes locais se empenharam em desenvolver a sociedade e a política congoleza. No entanto, as manifestações revelaram desafios na aceitação da legitimidade dos líderes e da abordagem escolhida para o desenvolvimento, resultando no rompimento da paz. Isso levou ao surgimento de múltiplos conflitos localizados, que restringiram o progresso do estado congolês (United Nations, 2021).

Esses conflitos foram influenciados por uma série de fatores múltiplos, incluindo disputas políticas, rivalidades étnicas e interesses econômicos (Global Witness, 2021). Grupos rebeldes e milícias armadas surgiram em diferentes regiões do país, desencadeando uma situação de instabilidade e violência generalizada (Human Rights Watch, 2021). Os conflitos também foram alimentados pela exploração de recursos naturais, como minerais preciosos, que geraram disputas pela sua posse e controle (Global Witness, 2021).

Segundo dados da *United Nations Development Programme* (UNDP), Banco Mundial e Unicef, a persistência dos conflitos na República Democrática do Congo (RDC) tem tido um impacto significativo no acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e na infraestrutura do país. Os conflitos prolongados têm contribuído para a deterioração dos sistemas de saúde e educação, dificultando o fornecimento adequado de serviços essenciais à população.

No setor da saúde, os conflitos têm resultado na destruição de instalações médicas, na escassez de profissionais de saúde qualificados e na interrupção do fornecimento regular de medicamentos e equipamentos. Isso compromete a

capacidade do sistema de saúde de atender às necessidades da população, levando a altos índices de morbidade e mortalidade, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, como crianças e mulheres grávidas.

Quanto à educação, os conflitos têm causado o fechamento de escolas, o deslocamento forçado de estudantes e professores, além da falta de recursos e infraestrutura adequada. Isso resulta em interrupções no acesso à educação de qualidade, afetando negativamente o desenvolvimento intelectual e social das crianças e jovens congolezes.

Além disso, a infraestrutura do país também tem sido severamente afetada pelos conflitos. Estradas, pontes, redes de energia e sistemas de abastecimento de água foram danificados ou destruídos, dificultando o acesso a serviços básicos e o desenvolvimento econômico. A falta de infraestrutura adequada também impede a implementação efetiva de programas de desenvolvimento e reconstrução.

Esses desafios persistem devido à complexidade dos conflitos na RDC, que envolvem diferentes grupos armados, disputas territoriais, interesses econômicos e fatores políticos. A superação desses problemas requer esforços coordenados de todos os setores da sociedade, incluindo o governo congolês, a comunidade internacional e organizações não governamentais, visando o restabelecimento da paz e a reconstrução do país.

A comunidade internacional, incluindo a ONU e outros atores regionais, tem trabalhado para buscar soluções e promover a estabilidade no Congo. Iniciativas de paz e reconciliação têm sido implementadas, enquanto esforços para fortalecer as instituições governamentais e promover a governança transparente são constantes (UNDP, 2020). No entanto, superar os desafios e alcançar uma paz sustentável continua sendo uma tarefa complexa e de longo prazo para o Congo e a comunidade internacional (International Crisis Group, 2021).

As ações da ONU frente a resolução de conflitos foram amplamente analisadas de maneira a permitir que conseguissem expandir a área de atuação e desenvolver métodos cada vez mais precisos e eficientes quanto a prevenção de conflitos, intervenção e no apoio ao desenvolvimento de Estados que de alguma forma precisem de apoio para reestruturação (Bellamy & Williams, 2020). Existe ainda a necessidade de impulsionar cada vez mais a participação global para o desenvolvimento de regiões mais sensíveis, já que sua grande extensão territorial

dificulta uma divisão mais igualitária de apoio e o alcance de cada nação, mesmo em um mundo tão globalizado e desenvolvido em certos âmbitos (World Bank, 2021).

Sendo tão intensa as ações da ONU, inclusive na República Democrática do Congo, com a implementação de missões de paz como o *Peacebuilding* e uma série de intervenções tão densas é possível alcançar realmente uma paz democrática? Essas ações vem surtindo algum tipo de efeito positivo?

Esta pesquisa empregou a revisão bibliográfica como método para analisar e descrever a situação da República Democrática do Congo, com ênfase na presença da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir da perspectiva da paz liberal dos anos 1990, que foi estimulada pelo fim da Guerra Fria, e a contribuição de outros Estados na reconstrução do país. Essa investigação adotou uma abordagem qualitativa para compreender a complexidade e os aspectos subjetivos relacionados ao tema. Dentre o conteúdo a ser estudado, autores que tratam sobre assuntos correlatos, documentos oficiais e notícias disponibilizados na plataforma da ONU e artigos sobre questões de guerras civis e desenvolvimento do Estado em questão. A metodologia é um procedimento sistemático que implica na contribuição para formação de pesquisadores (Marconi e Lakatos 1996).

2 ESTRUTURA DA ONU E SUA PRESENÇA COMO PEACEBUILDING

Criada em 1945, como parte da reestruturação da ordem internacional pós-Segunda Guerra Mundial, cujo objetivo era manter a paz entre os Estados através da diplomacia e promover a cooperação entre eles. Dentre os órgãos da ONU de maior destaque no cenário internacional, está a Assembleia Geral, em que todos os membros da Organização são representados, totalizando atualmente 193 Estados-membros. Segundo O Artigo 8 da Carta das Nações Unidas, todos os Estados-membros se reúnem anualmente no Salão da Assembleia Geral, em Nova Iorque para o debate geral, que discutem as necessidades de medidas humanitárias, ambientais entre outras.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), principal responsável pela manutenção da paz e segurança internacional, é composto por cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) que possuem poder de veto. Além destes, participam dez membros não permanentes, que são eleitos a mandatos de até dois anos e todos os 193 membros devem cumprir as

obrigações do CSNU. O CSNU pode, entre as medidas a serem tomadas, recorrer a imposição de sanções ou uso da força para restaurar ou manter a paz e a segurança, com base nos capítulos VI e VII da Carta de São Francisco. Essas medidas podem também ser aplicadas na necessidade de intervenção humanitária em algum Estado que esteja sofrendo por conflito interno, ocorrendo por intervenção consentida pelo Estado anfitrião, e autorizada pelo Conselho de Segurança.

Existem também na Organização outros órgãos de extrema relevância na manutenção da ordem internacional, como o Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Tribunal Internacional de Justiça, Secretariado, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), além órgãos subsidiários, agências e programas especializados para trabalhar em áreas específicas (saúde, meio ambiente, comércio) mas que acabam tendo menos de destaque do que os já antes mencionados, em matérias de segurança internacional. No Conselho de Segurança, há um enfoque no planejamento de missões com o objetivo de interromper conflitos e estabelecer a paz. Em determinados casos, são implementados projetos que visam à reconstrução do Estado como parte desse processo.

Embora a ONU tenha recebido apoio militar de vários países e possua a capacidade de intervenção forçada, uma ação desse tipo poderia comprometer sua natureza como uma organização dedicada à promoção da paz mundial. Tal intervenção poderia minar a credibilidade da ONU, que foi estabelecida com o propósito de buscar a paz por meio de meios pacíficos.

O debate em torno da matriz liberal está relacionado à questão da República Democrática do Congo (RDC). A matriz liberal se baseia em princípios que valorizam a liberdade individual, a proteção dos direitos individuais e a limitação do poder do Estado (Friedman, 1962). Esse debate envolve diferentes perspectivas e questões, como o papel do Estado na economia, a liberdade de mercado, a igualdade social, a proteção dos direitos civis e a relação entre liberdade e igualdade.

Os defensores da matriz liberal argumentam que a liberdade individual é um valor fundamental e que a intervenção estatal deve ser limitada para preservar essa liberdade (Hayek, 1944). Eles defendem a livre iniciativa, a propriedade privada, a competição e a não interferência estatal na economia como formas de promover o crescimento econômico e a prosperidade (Smith, 1776).

Por outro lado, os críticos da matriz liberal levantam preocupações sobre as desigualdades sociais e econômicas geradas pelo liberalismo, argumentando que ele

pode favorecer os interesses das elites e negligenciar as necessidades dos mais vulneráveis (Rawls, 1971). Eles defendem a necessidade de políticas públicas e regulação estatal para promover a justiça social, proteger os direitos dos trabalhadores, combater a pobreza e garantir a igualdade de oportunidades (Sen, 1999).

No caso da RDC, a falta de um Estado forte e eficiente tem sido apontada como um dos desafios para alcançar a estabilidade e o desenvolvimento socioeconômico (Auty & Mikesell, 1998). Alguns argumentam que a adoção de políticas mais alinhadas à matriz liberal, como a liberalização econômica e a redução do tamanho do Estado, poderia contribuir para melhorar a situação no país (De Soto, 2000). Por outro lado, críticos podem argumentar que a RDC precisa de um Estado mais ativo e intervencionista para combater desigualdades, promover serviços básicos e garantir direitos fundamentais (Stiglitz, 2002).

A matriz liberal também aborda a questão da desigualdade. No contexto da RDC, há uma disparidade significativa na distribuição de riqueza e recursos naturais, com uma pequena elite controlando grande parte da riqueza do país, enquanto a maioria da população enfrenta pobreza e falta de acesso a serviços básicos (Auty, 2001). O debate sobre a matriz liberal pode questionar se a adoção de políticas mais liberais poderia agravar ou reduzir essa desigualdade, levando em consideração a necessidade de promover a inclusão social e econômica (Milanovic, 2016).

A exploração de recursos naturais, como minerais preciosos, tem sido uma fonte de conflito e instabilidade na RDC (Collier & Hoeffler, 2004). A matriz liberal enfatiza a importância da democracia, dos direitos humanos, do Estado de direito e da economia de mercado, podendo abordar questões relacionadas à exploração de recursos e às relações econômicas internacionais e como pode impactar na desigualdade. Alguns podem argumentar que a liberalização do comércio e a atração de investimentos estrangeiros podem contribuir para o desenvolvimento do país, enquanto outros podem levantar preocupações sobre a exploração desigual dos recursos e a influência de atores internacionais no conflito congolês (Le Billon, 2001).

O debate no âmbito do liberalismo sobre as ações das operações de missão de paz na República Democrática do Congo (RDC) é abordado por Michael Barnett em seu trabalho "*Peacebuilding: What is in a name*" (2005). Barnett explora a perspectiva liberal e suas implicações nas intervenções internacionais, incluindo as operações de paz na RDC.

Barnett argumenta que o liberalismo desempenha um papel significativo nas missões de paz, defendendo a promoção dos valores democráticos, dos direitos humanos e do desenvolvimento socioeconômico. Ele destaca a crença liberal de que a intervenção internacional pode ajudar a construir um Estado de direito, fortalecer as instituições democráticas e promover a paz sustentável.

No entanto, Barnett também examina as limitações do liberalismo no contexto das operações de missão de paz na RDC. Ele destaca as tensões entre os ideais liberais de democratização e os desafios complexos enfrentados na realidade do terreno, como a presença de múltiplos atores armados, interesses divergentes e a fragilidade das instituições estatais.

Barnett levanta questões críticas sobre a eficácia das operações de paz na RDC e a necessidade de uma abordagem mais realista e contextualizada. Ele enfatiza a importância de reconhecer as dinâmicas locais, as tensões étnicas e as condições socioeconômicas específicas da RDC para garantir que as intervenções internacionais sejam mais eficazes e relevantes.

Os elementos fundamentais da matriz liberal podem contribuir para o processo de *peacebuilding*, através da participação política e o respeito pelas opiniões e direitos das pessoas, defendendo os direitos humanos como fundamentais e inalienáveis, criando uma base sólida para a reconciliação e a construção de uma sociedade justa e pacífica.

2.1 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PEACEBUILDING

A Organização das Nações Unidas articula ações em nível global com objetivo que todos possam gozar de uma vida plena, tratando de assuntos que impactem a curto e longo prazo. Neste esforço estão temas como a resolução de conflitos, meio ambiente, desenvolvimento tecnológico entre outros. Parte dessa ação consiste em criar formas e práticas sugeridas internacionalmente na condução do desenvolvimento e da manutenção de instituições nacionais.

O *peacebuilding* tem como principal objetivo construir sociedades pacíficas e justas, capazes de se autogerir em todas as suas características básicas para o desenvolvimento do seu povo, incluindo política, segurança e economia (United Nations Peacebuilding Commission, 2018). Essa abordagem envolve a colaboração com governos nacionais ou líderes locais e é aplicada após mediação de conflitos

políticos ou armados, visando acompanhar a reconciliação entre as partes e o cumprimento dos acordos alcançados (Lund, 2017).

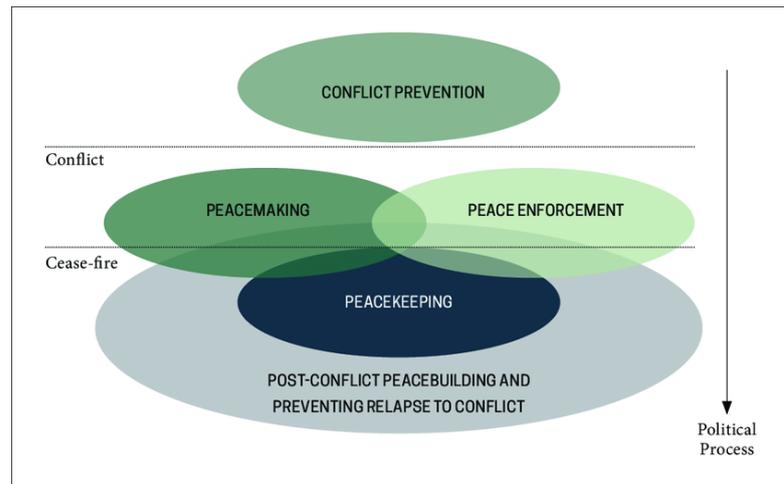
As operações de *peacebuilding* são desenvolvidas de acordo com as necessidades específicas de cada contexto, considerando tanto a preservação da vida humana como os interesses dos Estados no cenário nacional e internacional. Esses interesses pessoais podem ser afetados pelas decisões tomadas, influenciando a aprovação de projetos e o engajamento ativo no processo (Lederach, 2015). A participação em iniciativas de *peacebuilding* pode proporcionar aos Estados oportunidades de crescimento e destaque no âmbito internacional (Richmond, 2017).

As atividades realizadas nas operações de paz têm conferido ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) um papel de destaque, especialmente no aumento do envolvimento militar na reconstrução do Estado. Esse apoio tem como objetivo auxiliar o Estado na busca pela legitimidade e no fortalecimento de suas funções essenciais dentro da sociedade. Além disso, as operações de paz visam promover a estabilidade, a segurança e o desenvolvimento socioeconômico nas áreas afetadas por conflitos, proporcionando um ambiente propício para a governança efetiva, o respeito aos direitos humanos e a reconstrução pós-conflito. Essas ações têm a finalidade de contribuir para a consolidação da paz, a capacidade estatal e a promoção do bem-estar da população afetada (United Nations Peacekeeping, 2020).

As diretrizes e atividades de operações de paz de maior destaque do CSNU atualmente é o que trata da manutenção da paz desde a prevenção do conflito até o pós conflito, nos casos em que prevenção não alcança a efetividade desejada. Esses métodos são aplicados de acordo com a autorização daquele que necessita, dos membros do Conselho e, quando autorizada, após análise para definir qual o método que melhor se encaixa a situação e como irão atuar para que exista a maior proteção possível da vida civil.

O caminho para a prevenção e manutenção da paz ocorre numa sequência de ações determinadas pela ONU, a Figura 01 expõe a estrutura para que isto ocorra.

Figura 01 – Estrutura das atividades de manutenção de paz e segurança.



Fonte: United Nations, 2008.

A partir do mandato autorizado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que determina uma série de ações quando persiste uma situação em que seja visível a iminência de um conflito, a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus membros buscam estabelecer diplomaticamente um caminho para solucionar o problema sem o uso da força e sem afetar agressivamente a vida civil. No entanto, como ocorrem infortúnios em que os conflitos eclodem e desestabilizam toda a estrutura do Estado, que volta todos os seus esforços para solucioná-los, outros métodos de atuação foram preparados para auxiliar aqueles que, mesmo com todo o impulso de tentar resolvê-los, acabam por não conseguir (United Nations Peacekeeping, 2020).

Dentre as ações destinadas às operações de paz está o *Peacemaking*, cujo objetivo é lidar com conflitos já existentes, quando a prevenção do conflito não surte o efeito esperado (KENKEL, 2010). Este envolve ações políticas e diplomáticas para alcançar acordos de paz ou cessar-fogo. Para isso, os membros imparciais do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) buscam mediar diretamente com as partes em conflito a fim de chegar a um acordo que possa estabelecer a paz sem o uso da força, onde geralmente evitado ou considerado como último recurso devido a vários princípios e objetivos fundamentais relacionados à busca pela paz e à resolução de conflitos (KENKEL, 2010).

Dentre as atividades realizadas nas ações de *Peacemaking* estão a facilitação do diálogo entre as partes em conflito, reuniões e identificação de soluções e compromissos para cessar as complexas situações que permeiam o conflito, levando a um acordo pacífico e duradouro (KENKEL, 2010).

O *Peace Enforcement* é empregado como uma medida mais extrema para resolver conflitos violentos nos quais os esforços de mediação pacífica ou diplomática durante o *Peacemaking* não são efetivos. Sua justificativa reside na proteção humanitária e é utilizado como legítima defesa ou para proteger civis em perigo devido ao conflito, de acordo com o capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Essa abordagem é considerada um último recurso de mediação, envolvendo o uso de forças militares da ONU ou de Estados-Membros do Conselho de Segurança da ONU que possuam capacidade militar para restaurar a paz.

Numa fase subsequente, o *Peacebuilding* entra em cena, oferecendo apoio econômico aos Estados para a reconstrução física e moral de instituições essenciais à promoção dos direitos humanos. Essa abordagem visa criar um ambiente propício para a reconstrução de longo prazo da paz e do Estado, reconhecendo que a reestruturação estatal não ocorre instantaneamente. A reconstrução de instituições e a consolidação da paz democrática exigem tempo, levando em consideração a situação específica de cada Estado, bem como os fatores políticos e culturais presentes em sua estrutura (Kenkel, 2010).

É importante destacar que essas transformações dentro do Estado podem gerar uma série de reações na população, sejam elas positivas ou negativas. Essas missões de paz visavam enfrentar os desafios específicos encontrados na RDC, incluindo conflitos armados, violações dos direitos humanos, instabilidade política e necessidade de reconstrução pós-conflito. No entanto, é importante ressaltar que a introdução de mudanças culturais e religiosas durante essas missões pode gerar resistência por parte da população local, especialmente em contextos onde houve um histórico de opressão e repressão, como no período do governo de Mobutu. Além disso, ocorreram diversos massacres étnicos nas décadas de 1978 e 1990, que visavam a eliminação de grupos étnicos rivais, como mencionado por Tchinhama (2017, p. 42-43).

3 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

A independência da República Democrática do Congo em relação à Bélgica em 1960 resultou em uma série de conflitos políticos, o que levou a um crescimento lento e instável do Estado. Mesmo após a gestão colonial belga, que seguia um modelo de exploração das colônias, o país ainda enfrentava a influência de diversas

províncias que mantinham fortes laços com o governo belga. Essa divergência de interesses entre os grupos congolezes foi um dos principais desencadeadores dos primeiros conflitos internos.

Ao longo do tempo, essa diferença de interesses persistiu e acabou intensificando o conflito, resultando em um aumento dos confrontos armados entre milícias e o governo, bem como em várias tentativas de golpes militares. Essa instabilidade política e militar agravou ainda mais a situação do país, dificultando o desenvolvimento e a estabilidade necessários para o progresso socioeconômico. Na presença de instabilidades, o governo da República Democrática do Congo (RDC) oscilou entre modelos de governos capitalistas e socialistas, disputa intensificada pela Guerra Fria, quando Estados Unidos da América (EUA) e União Russa Socialista Soviética (URSS) buscavam ampliar suas áreas de influência, gerando apoio não só à RDC, mas também a outros Estados africanos que há pouco haviam conquistado sua independência (Prunier, 2009). No entanto, as oscilações e disputas entre as potências mundiais, juntamente com a situação interna já presente, não permitiram que a paz fosse estabelecida de forma duradoura (Lemarchand, 2013).

Figura 02 – Mapa da África Identificando a República Democrática do Congo.



Fonte: Dave Lodge In Africa, D. R. Congo, Global Encounter, News, 2020.

As instabilidades não cessaram, e por volta dos anos de 1990 e 1994, o território e governo congolês sofreu as consequências de disputas cada vez mais sangrentas. A insatisfação com o governo, somado à xenofobia diante da imigração de ruandeses no leste do país, fugidos do Genocídio de Ruanda em 1994, foram fatores fundamentais para a ascensão dos conflitos. Por outro lado, a formação de

grupos rebeldes a favor e contra o Estado que se originaram perante esta situação acabou por criar o cenário que resultou na Primeira Guerra do Congo durante o governo de Mobutu que levou a queda do seu regime e causou cerca de 200 mil mortos (1996 -1997) (DA SILVA, 2011;2012), o primeiro grande conflito oficial presente no território após a sua independência. Este levou a uma ampliação ainda maior das diferenças sociais entre os povos que ali habitavam e da debilidade da estrutura do Estado e do território congolês.

Logo após o fim dos embates, surgiu um movimento de aliança entre Ruanda e Uganda contra o regime de Laurent Kabila, pois estes se sentiram traídos pela decisão de Kabila de fazê-los retirar suas tropas do país[...] A união dos Estados originou o movimento Restabelecimento Congolês para Democracia (RCD), que estendeu apoio a uma série de outros grupo que também insatisfeitos se uniram, gerando uma grande instabilidade e de segurança no Estado congolês (Tchinama, 2020, p. 21).

Com as instabilidades e o crescente conflito ganhando força, a ascensão de um novo líder ao governo, houve pouca influência da nova liderança em solucionar os problemas que geravam os conflitos e os casos de corrupção (Smith, 2010).

No contexto de instabilidade, o Estado congolês foi palco da Segunda Guerra do Congo (1998-2003). Diante desse cenário, a assinatura do acordo de Lusaka em 1999, na Zâmbia, marcou a primeira tentativa de encerrar o conflito (Kabamba, 2009). Nesse acordo, as partes concordaram em reduzir as hostilidades por meio de um cessar-fogo e em estabelecer uma junta militar responsável pelo desarmamento, libertação de prisioneiros e reintegração de combatentes (Stedman, 2004).

Em seguida, foi estabelecida a Missão da Organização das Nações Unidas no Congo (MONUC), com o objetivo de prestar assistência nas negociações entre o governo e os rebeldes, bem como observar o cumprimento do cessar-fogo (CRAVINO, 2007). Vale ressaltar que a MONUC não foi a primeira missão da ONU no Congo. Antes dela, houve a Missão das Nações Unidas para a Organização da Unidade Africana em 1960, que tinha como objetivo supervisionar o processo de independência do país, e a Missão das Nações Unidas no Congo (ONUC) de 1960 a 1964, que visava estabilizar a situação no país após a independência.

Ao longo dos conflitos congolezes, além das questões políticas e migratórias, houve um significativo interesse econômico na região. O leste do Congo, rico em minerais e com algumas reservas de petróleo, embora em menor quantidade em

comparação a outros Estados, atraiu uma intensificação da migração (Autesserre 2012). Diversos fatores contribuíram para esse fenômeno, como o genocídio de Ruanda em 1994 e a busca por novas oportunidades pela população local (Prunier 2011).

Esse interesse econômico, entretanto, não se traduziu em melhores condições de vida para aqueles envolvidos na mão de obra da região. Embora pudesse ser visto como um possível impulsionador de dinamicidade econômica, as situações vivenciadas eram degradantes e proporcionavam pouco retorno financeiro para os trabalhadores (De Boeck & Plissart 2013). O Estado congolês não possuía influência e força suficientes para modificar essas condições, o que perpetuava a precariedade das condições de trabalho (Vlassenroot & Raeymaekers 2004).

Apesar do apoio da ONU com as medidas estabelecidas no Acordo de Lusaka, assinado em julho de 1999, houve um fracasso em alcançar uma paz duradoura e os conflitos continuaram a ocorrer na República Democrática do Congo. O acordo buscava estabelecer um cessar-fogo, promover a reconciliação nacional, desarmar as milícias e facilitar a transição política no país.

No entanto, a implementação plena das cláusulas do Acordo de Lusaka não ocorreu, resultando na persistência das hostilidades e no agravamento da violência e instabilidade na República Democrática do Congo. Foi somente em 2003 que um novo acordo de paz, conhecido como Acordo Global e Inclusivo, foi assinado em Sun City, na África do Sul (Kasongo, 2015). Esse acordo marcou oficialmente o fim da guerra no país e estabeleceu uma estrutura para o processo de transição política e reconciliação nacional (Reyntjens, 2009).

A assinatura desse acordo representou um marco significativo na busca pela paz no Congo. No entanto, a implementação efetiva de suas cláusulas e a consolidação da paz no país se tornaram desafios contínuos nos anos seguintes.

Após essa expansão, a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) estabeleceu novos objetivos e assumiu novas tarefas com o propósito de fortalecer a efetividade do acordo de paz e promover a estabilidade do Estado congolês. Entre os principais objetivos da MONUC pode-se destacar:

1. *Facilitar o processo de transição política e apoiar a implementação do Acordo Global e Inclusivo.*
2. *Fornecer assistência na desmobilização, desarmamento e reintegração de grupos armados.*

3. *Promover a proteção e o respeito pelos direitos humanos, incluindo o monitoramento e a investigação de violações.*
4. *Apoiar o estabelecimento e fortalecimento das instituições estatais e do Estado de direito.*
5. *Contribuir para a estabilização das áreas afetadas pelo conflito e promover a reconstrução e o desenvolvimento sustentável.*
6. *Facilitar o diálogo e a reconciliação entre as diferentes partes envolvidas no conflito.*
7. *Promover a segurança e a proteção de civis, especialmente mulheres e crianças.*

Esses objetivos visavam criar as condições necessárias para a consolidação da paz e a construção de uma sociedade pacífica e estável na República Democrática do Congo. O governo de transição, estabelecido pelo acordo se responsabilizaria pelas reformas institucionais, pela criação de uma nova Constituição e, posteriormente, pela realização de novas eleições. (Tchinham, Dos Santos, 2020).

A conclusão da primeira eleição após os conflitos, em 2006, foi fortemente contestada e uma nova onda de agressão levou a instaurar o estado de violência, que levou a substituição da MONUC pela Missão de Estabilização Da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) em 2010. A Missão tinha como objetivo garantir a proteção dos civis e da equipe humanitária no terreno e defender os Direitos Humanos no país. Foi uma missão atípica da ONU por determinar o uso de todos os meios necessários para o seu cumprimento (MONUSCO, 2019).

Além do apoio da ONU na redução da pobreza e resolução de conflitos, o Estado congolês busca fortalecer suas instituições e promover a estabilidade política e social. Diversos esforços têm sido feitos para melhorar a governança, combater a corrupção e promover a inclusão social. No entanto, os desafios persistem devido à complexidade dos conflitos internos, disputas territoriais, grupos armados e tensões étnicas, que exigem uma abordagem abrangente e de longo prazo.

A comunidade internacional, incluindo a ONU e outros atores regionais, continua a apoiar o Congo na busca de soluções duradouras para os desafios enfrentados. O envolvimento de organizações não governamentais (ONGs), agências de ajuda humanitária e países parceiros é fundamental para fornecer assistência humanitária, desenvolvimento econômico e fortalecimento institucional. Até a

atualidade, o trabalho conjunto visa promover a estabilidade, a paz e o desenvolvimento sustentável no país, superando as dificuldades persistentes e construindo um futuro mais promissor para o povo congolês.

Por outro lado, apesar da presença contínua da Organização das Nações Unidas (ONU) no Congo, a violência persiste, levando à renovação anual do projeto MONUSCO. O MONUSCO é uma missão de paz da ONU que visa implementar força e projetos de reconstrução para a resolução de conflitos na região. No entanto, a presença da ONU não tem sido suficiente para reduzir ataques armados de opositores do governo e de forças armadas rebeldes, que continuam a operar até os dias atuais.

O projeto MONUSCO (Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo) foi estabelecido em 2010 e tem como objetivo principal proteger os civis, promover a estabilidade política e apoiar a reconstrução do país. A missão conta com a presença de tropas militares, policiais e pessoal civil da ONU, que trabalham em estreita colaboração com as autoridades congolenses para enfrentar os desafios de segurança e promover a paz duradoura. Apesar dos esforços do MONUSCO, a situação permanece desafiadora devido à persistência de grupos armados rebeldes, disputas territoriais, questões étnicas e econômicas complexas. A missão enfrenta dificuldades em conter a violência e garantir a estabilidade em todo o território congolês. Esforços adicionais são necessários para abordar as raízes profundas dos conflitos e promover a reconciliação nacional, bem como fortalecer as instituições estatais para que possam desempenhar efetivamente suas funções e garantir a segurança e o bem-estar da população.

4 A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO COM A PRESENÇA DA ONU E O PEACEBUILDING

A República Democrática do Congo ainda está em situação delicada e, o processo do Peacebuilding é complexo e pode incluir várias etapas, como a criação de estruturas políticas e instituições democráticas, a construção de um estado de direito, a promoção do desenvolvimento econômico e a garantia da segurança dos cidadãos. No entanto, para que as ações possam ser aplicadas, é necessário que o Estado já tenha resolvido o problema do conflito e tenha alcançado ao menos um estágio de paz para posterior reconstrução.

Quando analisada a presença da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo, pode-se gerar um questionamento quanto a efetividade das missões de manutenção da paz, tendo em vista que desde 1961 a ONU está presente no território, com a Operação das Nações Unidas no Congo. Apesar da sensação de impotência que pode existir tanto por parte da Organização quanto pela população, entende-se que apesar de em mais de 60 anos, os conflitos não terem sido erradicados, as operações e missões vem sendo executadas das formas mais pacíficas possíveis, para não gerar agravantes.

A dificuldade presente provém de uma série de desafios dentro do escopo de ações gerais da ONU (*Peacemaking, Peacekeeping, Peace enforcement, Peacebuilding*), para posterior manutenção da paz através da reconstrução do Estado. Blanco (2014, p.289), classifica uma série de fatores nas operações de paz que levam a uma possível falha nas operações em diversos Estados, assim como na RDC que luta junto à Organização a décadas, sendo estes fatores conceituais/teóricas, uma vez que detalha condições gerais de atuação sem considerar diversos fatores culturais e étnicos que podem elevar a condição do conflito. Outro fator é quanto a normativa, em que apesar de descrever uma série de ações, não cria parâmetros claros para que seja definido o êxito das operações de paz, tornando mais difícil analisar e distinguir o momento em que determinadas ações devessem ocorrer de outra forma para serem mais efetivas. No âmbito dos fatores políticos nas operações, é observado um esforço significativo para promover a democratização e a liberalização da economia, buscando alcançar uma maior fluidez (Hanlon, 2007). No entanto, é importante ressaltar que cada contexto demanda abordagens específicas. Na República Democrática do Congo (RDC), por exemplo, persiste uma exploração intensa da mão de obra, o que dificulta a melhoria das condições de vida para numerosas famílias que vivem em situação precária (Vetter, 2009).

No que diz respeito aos fatores políticos nas operações, há um esforço significativo para promover a democratização e a liberalização da economia, visando uma maior fluidez. No entanto, cada contexto requer abordagens específicas. Na República Democrática do Congo (RDC), por exemplo, ainda há uma grande exploração da mão de obra, o que dificulta a melhoria das condições de vida para muitas famílias que vivem em situação precária.

Ademais, é importante ressaltar que, apesar do apoio significativo de diversos Estados desenvolvidos no fornecimento de assistência militar, as operações de paz

muitas vezes enfrentam insuficiência de recursos. Isso fica evidente na presença da ONU em vários Estados, tanto no continente africano como em outras regiões. É essencial que haja um aumento do apoio financeiro e logístico para garantir a eficácia e a sustentabilidade dessas operações, bem como promover uma transição bem-sucedida para a estabilidade e o desenvolvimento sustentável nos países afetados.

O olhar de Blanco (2015) sobre os pontos que podem apresentar as maiores falhas nas operações de paz da Organização das Nações Unidas pode gerar o estímulo para entender que, apesar de gerar grande apoio, essas operações e missões de paz ainda necessitam sair de uma zona em que existem diversas determinações mais genéricas, para uma análise mais profunda sobre o conflito a que está sendo desenhada a operação. A República Democrática do Congo vem demonstrando desde o início das operações, em 1961, que o Estado precisa de uma operação bem direcionada, que os valores culturais e religiosos sejam devidamente valorizados dentro do escopo em que se encontram para talvez assim reduzir significativamente a tensão.

A República Democrática do Congo (RDC) tem sido um cenário complexo e desafiador para missões de paz ao longo das últimas décadas. O histórico das missões instaladas no Congo reflete a magnitude dos conflitos e a necessidade de intervenção internacional.

A primeira missão de paz da ONU no Congo, conhecida como Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), foi implantada em 1960 logo após a independência do país (BARNETT, 2011). Seu objetivo era apoiar a estabilização política após a retirada das forças coloniais belgas. No entanto, a missão enfrentou desafios decorrentes da descolonização, rivalidades políticas e a presença de grupos rebeldes (BARNETT, 2011).

Uma segunda missão, denominada Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC II), foi estabelecida em 1964 para lidar com a crescente instabilidade e violência no país. A missão buscava proteger civis, monitorar o cessar-fogo e apoiar a reconstrução do Congo. No entanto, a presença da missão foi contestada e a violência persistiu. Em resposta à Segunda Guerra do Congo, a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) foi estabelecida em 1999. Seu objetivo principal era monitorar o cessar-fogo, proteger civis e apoiar a implementação do acordo de paz. A MONUC enfrentou desafios significativos, como a expansão dos

conflitos, abusos contra os direitos humanos e a presença de grupos armados (BARNETT, 2011).

Em 2010, a MONUC foi substituída pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO). A MONUSCO tem como objetivo principal proteger os civis, promover a estabilidade e a paz, apoiar a governança e o Estado de direito, além de auxiliar no processo de desarmamento e reintegração de grupos armados. A missão enfrenta desafios persistentes, como a presença de grupos armados e questões políticas complexas (BARNETT, 2011).

A MONUSCO continua em operação na RDC, buscando promover a paz, estabilidade e desenvolvimento no país. A natureza dinâmica do conflito congolês e a complexidade dos problemas locais requerem uma abordagem abrangente e contínua para alcançar resultados duradouros (BARNETT, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise realizada, pode-se concluir que o estudo do desenvolvimento da República Democrática do Congo a partir de sua independência e a compreensão da presença da Organização das Nações Unidas (ONU) revelaram a importância dos programas de proteção e segurança humana, assim como a implementação do Peacebuilding para a reconstrução do Estado.

Uma das principais descobertas desta pesquisa é o reconhecimento de que as operações de paz exigem uma atenção significativa, uma vez que estão intrinsecamente ligadas a diversos fatores que podem impulsionar ou desmoralizar essas ações. Entre esses fatores, destaca-se a economia, que desempenha um papel crucial na reconstrução do Estado, proporcionando as condições necessárias para o desenvolvimento humano abrangente, incluindo saúde, educação, moradia, lazer e emprego.

Embora compreendamos a importância dessas operações de paz e sua relação com o desenvolvimento sustentável, é importante reconhecer que ainda há desafios a serem enfrentados, tais como conflitos armados por motivos políticos e étnicos. As abordagens atualmente adotadas são frequentemente determinadas de forma genérica para possibilitar sua implementação em conflitos que ocorrem em diferentes Estados, com origens diversas. Essa natureza genérica pode limitar a eficácia dessas

operações, exigindo uma maior adaptação às especificidades de cada contexto e conflito.

Ao utilizar as referências teóricas dos autores em nossa análise, foi possível aprofundar a compreensão das questões políticas, culturais, sociais e humanitárias que exercem influência na extensão do conflito e na atuação da ONU na República Democrática do Congo. Essa abordagem multidimensional nos permitiu examinar as dinâmicas complexas e as interconexões entre diferentes aspectos, fornecendo uma visão mais abrangente do cenário.

Essas conclusões destacam a relevância deste estudo, tanto para o campo acadêmico como para a prática. Ao compreendermos as limitações e os desafios enfrentados pelas operações de paz, podemos sugerir melhorias e abordagens alternativas que visem aprimorar sua eficácia. Além disso, a análise das questões políticas, culturais, sociais e humanitárias contribui para o conhecimento sobre os fatores que moldam os conflitos e a atuação da ONU em situações semelhantes.

É importante ressaltar que este estudo oferece uma base sólida para futuras pesquisas e reflexões, incentivando a continuidade do debate sobre as operações de paz, a reconstrução do Estado e a promoção da segurança humana. Espera-se que os resultados e insights apresentados aqui inspirem profissionais, formuladores de políticas e organizações a buscar abordagens mais efetivas e contextuais para a construção da paz e o desenvolvimento sustentável em cenários pós-conflito, como é o caso da República Democrática do Congo.

REFERÊNCIAS

Amin, S. Desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1976.

AUTESERRE, S. Dangerous tales: Dominant narratives on the Congo and their unintended consequences. *African Affairs*, v. 111, n. 443, p. 202-222, 2012.

AUTY, Richard M.; MIKESELL, Raymond F. (Eds.). Sustainable development in mineral economies. Oxford University Press, 1998.

AUTY, Richard. The political economy of resource-driven growth. *European Economic Review*, v. 45, n. 4-6, p. 839-846, 2001.

BARNETT, Michael. Peacebuilding: What is in a name. *Global Governance*, v. 11, n. 3, p. 283-295, 2005. Acessado em 27 de maio de 2023.

BARNETT, Michael. Peacebuilding: What is in a name?. In: Barnett, Michael; Duvall, Raymond (eds.). *Power in global governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 185-207.

Beyond the Post-Conflict Checklist: Linking Peacebuilding and Transitional Justice Through the Lens of Critique. University of San Diego - School of Peace Studies, 2012.

Blanco, J. R. (2015). *Peace Operations and International Order*. Routledge.

BOUTROS-GHALI, Boutros. *An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping*, Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992. United Nations, 1992.

CABRAL, Amílcar. *Unidade e Luta: Escritos Políticos*. Lisboa: Edições Avante, 1978.

CLARK, J. F. The African Stakes of the Congo War. *African Affairs*, v. 101, n. 403, p. 221-240, 2002.

COLLIER, Paul; Hoeffler, Anke. Greed and grievance in civil war. *Oxford Economic Papers*, v. 56, n. 4, p. 563-595, 2004.

CRAVINO, J. S. **O processo eleitoral na República Democrática do Congo: Retrospectiva e prospectiva**. Instituto Português de Relações Internacionais. Universidade de Lisboa- Working Paper 25, p. 25–26, 2007. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/working_paper/pdf/WP25_JSCravino.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

DA SILVA, I. C. **Congo A Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz**. 1a. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

DA SILVA, I. C. **Guerra e construção do estado na Rep. Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. 2011. 178

f.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

DE BOECK, F.; PLISSART, M. F. *Kinshasa: Tales of the invisible city*. Kehrer Verlag, 2013.

DE SOTO, Hernando. *The mystery of capital: Why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else*. Basic Books, 2000.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FRIEDMAN, Milton. Capitalism and freedom. University of Chicago Press, 1962.

Global Witness. (2021). Democratic Republic of Congo: A resource curse. <https://www.globalwitness.org/en/all-countries-and-regions/democratic-republic-congo/>. Acesso em 25 de maio de 2023.

HANLON, Joseph. Peace Without Profit: How the IMF Blocks Rebuilding in the Congo. *Review of African Political Economy*, v. 34, n. 111, p. 93-106, 2007.

HAYEK, Friedrich A. The road to serfdom. University of Chicago Press, 1944.

Human Rights Watch. (2021). World Report 2021: Democratic Republic of Congo. <https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/democratic-republic-congo>. Acesso em 25 de maio de 2023

International Crisis Group. (2020). The Congo Crisis and the Insecurity-Development Nexus. <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/democratic-republic-congo/congo-crisis-and-insecurity-development-nexus>. Acesso em 25 de maio de 2023.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Congo: No Time to Lose. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/democratic-republic-congo/congo-no-time-lose>. Acesso em: 28 maio 2023.

KABAMBA, Patience. War and Peace in the Democratic Republic of Congo: Evaluating the Lusaka Ceasefire Agreement. *African Journal on Conflict Resolution*, v. 9, n. 3, p. 7-28, 2009.

KASONGO, Tshikala Tshibangu. The Congo Wars: Conflict, myth and reality. Palgrave Macmillan, 2015.

Kenkel, K. M. (2010). *International Peacebuilding and Local Resistance: Hybrid Forms of Peace*. New York, NY: Palgrave Macmillan.

KENKEL, Kai Michael. Peacemaking. In: International Encyclopedia of Political Science. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2010. p. 1831-1834.

LE BILLON, Philippe. The political ecology of war: Natural resources and armed conflicts. *Political Geography*, v. 20, n. 5, p. 561-584, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas 1996.

Lederach, J. P. (2015). *Building peace: Sustainable reconciliation in divided societies* (2a ed.). United States Institute of Peace Press.

LEDERACH, John Paul. *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies*. 2nd ed. Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 2015.

LEMARCHAND, R. Congo, Precarious Independence: Political Order and Security Threats, 1960-2010. *Journal of International Affairs*, v. 67, n. 1, p. 91-106, 2013.

LEVY, Naomi. *The Logic of Peacebuilding in Post-Civil War Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

Lund, M. S. (2017). Local peacebuilding and international involvement: Legacies, lessons, and future directions. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 11(4), 385-404.

MILANOVIC, Branko. *Global inequality: A new approach for the age of globalization*. Harvard University Press, 2016.

Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali. Nova York, 1992. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/blog/document/an-agenda-for-peace-preventive-diplomacy-peacemaking-and-peace-keeping-report-of-the-secretary-general/>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

Nações Unidas. (2000). Relatório do Painel sobre Operações de Paz das Nações Unidas (Relatório Brahimi). Disponível em

https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/PastReportsA_55_305.pdf. Acesso em 28 de maio de 2023.

Nações Unidas. (2005). Relatório do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral sobre Ameaças, Desafios e Mudanças (Um Mundo Mais Seguro: Nossa Responsabilidade Compartilhada). Disponível em: <https://www.un.org/en/peacekeeping/resources/reports.shtml>. Acesso em 29 de maio de 2023.

Nações Unidas. (2015). Relatório do Grupo Consultivo de Especialistas para a Revisão da Arquitetura da Consolidação da Paz. Disponível em: https://www.un.org/peacebuilding/sites/www.un.org.peacebuilding/files/2015_peacebuilding_report_-_final.pdf. Acesso em 29 de maio de 2023.

NKRUMAH, Kwame. Neocolonialismo: último estágio do imperialismo. Tradução de José Augusto de Vasconcelos. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005.

NYERERE, Julius K. Ujamaa: essays on socialism. Dar es Salaam: Oxford University Press, 1968.

Organização das Nações Unidas (ONU). (2015). The Millennium Development Goals Report 2015. Disponível em: [https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf). Acesso em 25 de maio de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping, relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas. São Paulo: UNCTAD, 1992.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. São Paulo: CEPAL, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Democratic Republic of the Congo. Disponível em: <https://www.undp.org/content/undp/en/home/countries/democratic-republic-of-the-congo.html>. Acesso em: 28 maio 2023.

PRUNIER, G. *Africa's world war: Congo, the Rwandan genocide, and the making of a continental catastrophe*. Oxford University Press, 2011.

PRUNIER, G. *Africa's World War: Congo, the Rwandan Genocide, and the Making of a Continental Catastrophe*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

PRUNIER, Gérard. *Africa's world war: Congo, the Rwandan genocide, and the making of a continental catastrophe*. Oxford University Press, 2011.

RAWLS, John. *A theory of justice*. Harvard University Press, 1971.

REYCHLER, Luc; PAFFENHOLZ, Thania. *Peacebuilding: A Field Guide*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2016.

REYNTJENS, Filip. *The Great African War: Congo and regional geopolitics, 1996-2006*. Cambridge University Press, 2009.

Richmond, O. P. (2017). Peace formation and political order in conflict-affected societies. *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. doi:10.1093/acrefore/9780190846626.013.72

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Tradução de Samir Amin et al. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

RODNEY, Walter. *How Europe Underdeveloped Africa*. Londres: Bogle-L'Ouverture Publications, 1972.

SAID, Edward. *Orientalismo*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Weiss, T. G., & Daws, S. (Eds.). (2018). *The Oxford Handbook of the United Nations*. Oxford University Press.

SEN, Amartya. *Development as freedom*. Oxford University Press, 1999.

SMITH, Adam. An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. W. Strahan and T. Cadell, 1776.

SMITH, Karen E. The Democratic Republic of Congo and the challenges of post-conflict peacebuilding. In: STEDMAN, Stephen John; ROTHCHILD, Donald S.; COUSINS, Melvin G. (Eds.). Ending Civil Wars: The Implementation of Peace Agreements. Lynne Rienner Publishers, 2004. p. 251-275.

STEARNS, J. Dancing in the glory of monsters: The collapse of the Congo and the great war of Africa. PublicAffairs, 2011.

STEARNS, Jason. Dancing in the glory of monsters: The collapse of the Congo and the great war of Africa. PublicAffairs, 2011.

STEDMAN, Stephen John. Spoiler Problems in Peace Processes. International Security, v. 28, n. 4, p. 5-53, 2004.

Tchinhama, L. P. R., Dos Santos, J. T. **Dossiê de Conflitos Contemporâneos: República Democrática do Congo em Foco**. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2021/05/vol1-n1-2020.pdf#page=23>. Acesso em: 15 out. 2022.

THE WORLD BANK. Democratic Republic of the Congo. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/democratic-republic-of-the-congo>. Acesso em: 28 maio 2023.

TURNER, Thomas. The Congo Wars: Conflict, myth and reality. Zed Books, 2007.

United Nations Children's Fund (UNICEF). (2021). Democratic Republic of the Congo. <https://www.unicef.org/drcongo/>. Acesso em 25 de maio de 2023

United Nations Development Programme (UNDP). (2020). Human Development Indicators 2020: Democratic Republic of the Congo. <http://hdr.undp.org/en/indicators/137506>. Acesso em 25 de maio de 2023

United Nations Peacebuilding Commission. (2018). Peacebuilding Fund. Disponível em: <https://www.un.org/peacebuilding/commission/peacebuilding-fund>. Acesso em: 29 de maio de 2023

United Nations Peacekeeping. Peacekeeping operations. 2020. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/peacekeeping-operations>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

United Nations Security Council. Report of the Secretary-General on peacebuilding and sustaining peace. 2015. Disponível em: <https://undocs.org/S/2018/43>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

United Nations. (2021). United Nations Peacekeeping Missions: Democratic Republic of the Congo. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/en/un-drc>. Acesso em 24 de maio de 2023.

United Nations. (s.d.). MONUSCO - Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la stabilisation en République démocratique du Congo. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/monusco>. Acesso em 13 de maio de 2023.

Van Reybrouck, David. Congo: The Epic History of a People. Fourth Estate, 2014.

VETTER, Stefan. Legitimizing Violence: Law, Martyrdom, and the Construction of Ethno-Political Identities in Eastern DRC. African Affairs, v. 108, n. 431, p. 413-431, 2009.

VLASSENROOT, K.; RAEYMAEKERS, T. Conflict and social transformation in eastern DR Congo. Ghent University, Conflict Research Group, 2004.

World Bank. (2020). Democratic Republic of the Congo. <https://www.worldbank.org/en/country/drc>. Acesso em 25 de maio de 2023

